

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA SAÚDE PÚBLICA EM REGIÕES RURAIS: AVALIAÇÃO DOS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS

Ana Beatriz Oliveira de Melo, Maria Eduarda Bezerra do Nascimento, Priscila Silva Aguiar, Ryan Farias Esteves, Jullia Martins de Oliveira, Eliomara Brito Façanha, Helainy de Souza Siqueira, Ana Luiza Batista Cavalcanti, Acsa Lia Campanate, Bárbara Tatiany de Moraes Silva, Vanessa de Sousa Leal Lima, Luma de Souza Vieira

REVISÃO

RESUMO

Introdução: A saúde pública em regiões rurais enfrenta uma série de desafios que impactam diretamente o acesso e a qualidade dos serviços oferecidos. Esses desafios incluem a escassez de profissionais de saúde, infraestrutura inadequada, distâncias geográficas, além de barreiras socioeconômicas e culturais. Por outro lado, as regiões rurais também oferecem oportunidades únicas, como o fortalecimento de redes comunitárias, iniciativas de saúde local e a adaptação de estratégias de atendimento voltadas para as especificidades dessas populações. **Objetivo:** Identificar e avaliar os principais obstáculos enfrentados pelos serviços de saúde pública em regiões rurais.

Metodologia: A pesquisa foi realizada através do acesso online nas bases de dados *National Library of Medicine* (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), literatura latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) no mês de agosto de 2024. **Resultados e Discussão:** Os resultados deste estudo indicam que os principais desafios enfrentados pela saúde pública em regiões rurais incluem a escassez de profissionais qualificados, dificuldades de transporte e acesso, além de limitações na infraestrutura. No entanto, foram identificadas oportunidades de fortalecimento por meio de estratégias como a telemedicina, parcerias comunitárias e a capacitação local de agentes de saúde. A discussão sugere que, apesar das barreiras, políticas de saúde adaptadas à realidade rural, aliadas ao uso de novas tecnologias, podem melhorar significativamente o atendimento e promover maior equidade no acesso aos serviços.

Considerações Finais: Em síntese, embora as regiões rurais enfrentem desafios significativos na saúde pública, como a falta de infraestrutura e profissionais, há oportunidades promissoras para superar essas barreiras. O investimento em telemedicina, capacitação local e políticas de saúde específicas para essas áreas pode melhorar o acesso e a qualidade dos serviços, promovendo uma saúde mais equitativa e sustentável.

Palavras-chave: Políticas públicas; População do campo; Saúde da população rural; Promoção da saúde.

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN PUBLIC HEALTH IN RURAL REGIONS: ASSESSMENT OF OBSTACLES FACED

ABSTRACT

Introduction: Public health in rural regions faces a series of challenges that directly impact access and quality of services offered. These challenges include a shortage of healthcare professionals, inadequate infrastructure, geographic distances, as well as socioeconomic and cultural barriers. On the other hand, rural regions also offer unique opportunities, such as strengthening community networks, local health initiatives and adapting care strategies aimed at the specificities of these populations. **Objectives:** Identify and evaluate the main obstacles faced by public health services in rural regions. **Methodology:** The research was carried out through online access to the National Library of Medicine (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) databases in the month of August 2024. **Results and Discussions:** The results of this study indicate that the main challenges faced by public health in rural regions include a shortage of qualified professionals, difficulties in transportation and access, as well as limitations in infrastructure. However, opportunities for strengthening were identified through strategies such as telemedicine, community partnerships and local training of health agents. The discussion suggests that, despite the barriers, health policies adapted to rural reality, combined with the use of new technologies, can significantly improve care and promote greater equity in access to services. **Conclusion:** In summary, although rural regions face significant public health challenges, such as a lack of infrastructure and professionals, there are promising opportunities to overcome these barriers. Investment in telemedicine, local training and specific health policies for these areas can improve access and quality of services, promoting more equitable and sustainable health.

Keywords: Public policies; Countryside population; Health of the rural population; Health promotion.

Instituição afiliada – Centro Universitário Fametro

Dados da publicação: Artigo publicado em Agosto de 2024

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v3i2.168>

Autor correspondente: Ana Beatriz Oliveira de Melo

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nas últimas décadas, com destaque para a reestruturação produtiva, trouxeram impactos significativos para a sociedade, especialmente nas áreas rurais. Essas mudanças resultaram em diversos problemas de saúde, mortes, violência, degradação ambiental e riscos diretos à saúde humana. A maioria das políticas públicas direcionadas à população rural reforçam a ideia de que o meio rural existe principalmente para sustentar o meio urbano. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) exemplificam esse enfoque (Souza *et al.*, 2023).

Embora seja inegável a relevância da população rural para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e o fortalecimento desse setor, apoiado por políticas públicas, há uma necessidade crescente de políticas que também promovam a qualidade de vida dessa população. Políticas focadas na saúde são essenciais para assegurar a permanência dessas pessoas no campo. No entanto, ao tratar da melhoria da saúde, é fundamental considerar que as ações que contribuem para esse processo não se limitam ao cuidado biológico e à prevenção de doenças. Elas devem incluir uma abordagem mais ampla, que considere os contextos social, político, econômico, ambiental e cultural em que essas populações estão inseridas (Arruda *et al.*, 2018).

Nesse sentido, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, posteriormente alterada pela Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2014, implementou a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política tem como objetivo melhorar as condições de saúde das populações rurais, das florestas e das águas, por meio de ações que considerem as particularidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual (Arruda *et al.*, 2018).

Contudo, é importante ressaltar que o direito a uma determinada política pública não é garantido apenas por sua menção na legislação. É necessário um olhar

mais atento, uma discussão mais ampla e uma maior representação na agenda política, estabelecendo uma conexão efetiva entre essas populações e o Estado. As populações rurais frequentemente enfrentam grandes desafios para acessar os serviços de saúde, que, em comparação com as populações urbanas, são mais complexos, conforme destacado por Lima. Nesse sentido, a PNSIPCFA busca, entre outras metas, reduzir os riscos e agravos associados às tecnologias agrícolas e processos de trabalho, melhorar a qualidade de vida e os indicadores de saúde e promover o acesso a serviços de saúde com qualidade, humanização e resolutividade para as comunidades rurais (Santos *et al.*, 2018).

É fundamental que os profissionais de saúde que atuam em áreas rurais compreendam as necessidades específicas de saúde dessas populações, valorizando sua cultura e valores. O foco deve ser no território e suas particularidades, proporcionando um cuidado integral e fortalecendo ações de promoção da saúde e prevenção de doenças. Reconhecendo a importância de melhorar a saúde da população rural e a compreensão de que a existência de políticas públicas, por si só, não garante esses direitos, é essencial problematizar os desafios e estratégias existentes para garantir que essa população tenha acesso aos cuidados de saúde. A Política Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas visa promover a saúde dessas comunidades por meio de ações que reconheçam suas particularidades, como gênero, geração, raça, cor, etnia e orientação sexual (Pezzini *et al.*, 2021).

Portanto, é crucial investigar como os serviços de saúde estão sendo oferecidos e como o acesso às ações de saúde ocorre no semiárido, bem como o papel das equipes de saúde e outros setores na efetivação das políticas públicas existentes. Ampliar o conhecimento sobre as condições de vida e saúde dessas populações, suas necessidades e aspirações é urgente para subsidiar decisões mais acertadas e eficazes (Lima; Dias; Lopes, 2019).

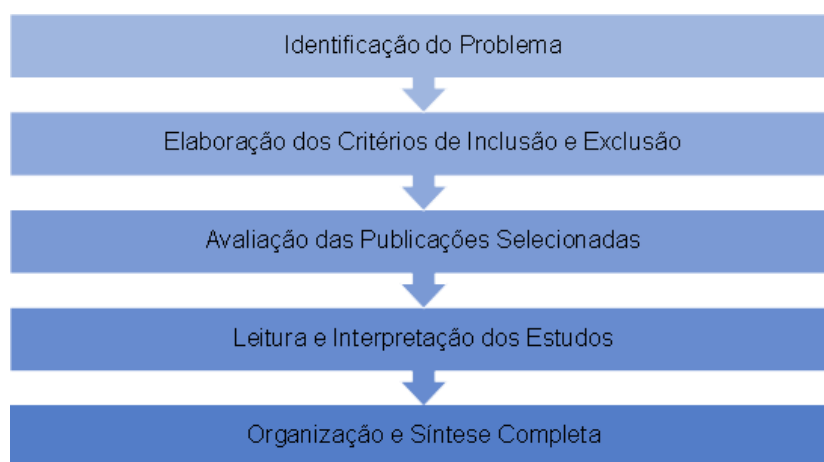
Desse modo o objetivo principal do estudo é identificar e avaliar os principais obstáculos enfrentados pelos serviços de saúde pública em regiões rurais.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, analítico de caráter descritivo, que utiliza como técnica a Revisão Integrativa da Literatura (RIL). A RIL proporciona um gama de conhecimento e resultados na prática através de diferentes publicações realizadas em diferentes anos, com diversas abordagens metodológicas, incorporando assim conceitos e evidências de problemas metodológicos.

A coleta de dados foi realizada a partir de periódicos indexados a Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVS): Biblioteca Científica Eletrônica Online (SCIELO), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Literatura Latino - Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), por meio da junção de três Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) cruzados com operador booleano “AND” “Políticas públicas” AND “População do campo” AND “Saúde da população rural” AND “Promoção da saúde”

Etapas de desenvolvimento da pesquisa.



Foram selecionados para inclusão os seguintes critérios de elegibilidade: artigos originais, revisões sistemáticas e integrativas disponíveis gratuitamente, publicados entre 2020 e 2024, e escritos em idiomas português ou inglês. Critérios de inelegibilidade incluíram publicações não científicas, pesquisas incompletas, resumos, monografias, dissertações e teses.

Os artigos foram selecionados com base nos critérios estabelecidos a partir dos títulos. Em seguida, os resumos foram analisados e, finalmente, os artigos foram lidos na íntegra. Se o artigo estivesse em conformidade com a temática proposta, era selecionado para o estudo. Um instrumento foi elaborado para a coleta direta de

informações nas bases de dados selecionadas para compor esta revisão.

Utilizando os quatro DeCS: “Políticas públicas” AND “População do campo” AND “Saúde da população rural” AND “Promoção da saúde” Foram encontrados 900 artigos na totalidade nas bases de dados. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, o número de publicações foi reduzido para 280. Após a análise detalhada das pesquisas, apenas 22 publicações foram escolhidas para integrar este estudo.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

No contexto da saúde da população rural, a Unidade de Saúde da Família (USF) frequentemente se destaca como o principal ponto de atendimento para a maioria dos residentes. Contudo, a gama de serviços oferecidos nessas unidades é frequentemente insuficiente para atender às necessidades da população. Assim, neste cenário, a acessibilidade é compreendida como a adequação dos serviços às necessidades dos usuários, enquanto o acolhimento refere-se ao nível de satisfação dos mesmos com o atendimento recebido (*Magalhães et al., 2022*).

Estudos revelam que um dos principais desafios enfrentados por moradores rurais é a dificuldade em obter fichas de atendimento nas USFs, muitas vezes enfrentando longas filas sem a garantia de realização das consultas devido à ausência de profissionais ou ao limite de atendimentos diários (*Galvão et al., 2019*). Pesquisadores na região Sul do Brasil também apontam a falta de conhecimento das usuárias sobre os diversos serviços disponíveis além das consultas médicas, como imunização e ações de prevenção e promoção da saúde (*Fernandes et al., 2019*).

A dificuldade de transporte até as unidades de saúde é outra barreira significativa, seja pela falta de veículos próprios ou pela distância das residências em relação à UBS. Essa dificuldade limita a procura pela unidade de saúde apenas para consultas e aquisição de medicamentos. No caso de pacientes com doenças crônicas, a obtenção completa dos medicamentos necessários pode ser prejudicada pela falta de disponibilidade (*Magalhães et al., 2022*).

Esse cenário é preocupante, especialmente considerando o risco aumentado

de doenças evitáveis ou tratáveis precocemente. Estudos mostram que morar em áreas rurais dificulta o acesso a exames como o Papanicolau devido à necessidade de deslocamento dos profissionais e à falta de recursos para a realização dos exames. Da mesma forma, o acesso a cuidados para o câncer de mama é limitado devido à dificuldade em obter consultas e exames específicos (Oliveira *et al.*, 2020).

No que diz respeito ao acolhimento, pesquisas realizadas no Distrito Federal destacam a satisfação dos usuários com a comunicação e o respeito dos profissionais, apesar da falta de agilidade no serviço (Shimizu *et al.*, 2018). Em outro estudo, no Rio Grande do Sul, pacientes com deficiência física também relataram satisfação com a receptividade dos profissionais, especialmente durante as consultas com enfermeiros (Lenz *et al.*, 2020).

No entanto, as deficiências na estrutura física das unidades básicas de saúde, como a ausência de rampas e portas largas, dificultam o acesso para pacientes com deficiência física e idosos, aumentando o risco de quedas e lesões (Marques *et al.*, 2018; Pagliuca *et al.*, 2017). Além disso, idosos com melhores condições econômicas tendem a buscar outros serviços em vez da UBS mais próxima, enquanto aqueles com menos recursos e maior proximidade com a UBS têm mais probabilidade de considerá-la como serviço de referência (Ferreira *et al.*, 2020).

Adolescentes e jovens também enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde, com ações de promoção e prevenção muitas vezes negligenciadas, limitando-se a consultas de planejamento familiar. No âmbito da saúde bucal, um estudo em Araruna, Pernambuco, revelou que a dieta cariogênica da população rural influencia negativamente os índices de saúde bucal em comparação com a população urbana (Silva *et al.*, 2018).

Para comunidades ribeirinhas da Amazônia, a grande distância das áreas urbanas e a falta de acesso a diagnósticos clínicos e equipamentos simples, como esfigmomanômetros, fazem com que muitos moradores recorram ao tratamento local com medicamentos alopáticos (Gama *et al.*, 2018). O Programa Mais Médicos, por exemplo, trouxe melhorias ao proporcionar médicos nas zonas rurais, embora ainda existam desafios relacionados à distância, falta de medicações e barreiras culturais e linguísticas (Nascimento *et al.*, 2018).

A assistência social é crucial para enfrentar esses desafios, mas as equipes de

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) também enfrentam limitações, como falta de transporte e recursos humanos insuficientes (Nascimento *et al.*, 2018). O processo de descentralização do sistema de saúde iniciado na década de 1990 visava melhorar a assistência ao permitir maior autonomia aos gestores municipais. Apesar dos avanços, ainda há desafios significativos para garantir uma assistência de saúde eficaz e de qualidade para toda a população rural (Teixeira *et al.*, 2018).

Em resumo, a falta de transporte é um obstáculo primordial para o acesso aos serviços de saúde nas áreas rurais, resultando em uma série de dificuldades estruturais e organizacionais que impactam diretamente a saúde da população (Nascimento *et al.*, 2018).

As ações de educação em saúde desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar, especialmente em áreas rurais onde o acesso aos serviços de saúde é mais limitado em comparação com as zonas urbanas. A educação alimentar, em particular, é uma estratégia fundamental para prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida (Gama *et al.*, 2018).

Pesquisas realizadas em escolas da zona rural de Cangaçu – RS indicam que muitas crianças adotam hábitos alimentares inadequados. Esse padrão alimentar inadequado, caracterizado pelo consumo elevado de alimentos gordurosos e açucarados e a baixa ingestão de frutas e verduras, está associado a uma maior incidência de obesidade entre essas crianças. A falta de atividade física também contribui para esse problema. Portanto, é essencial implementar programas de educação alimentar para modificar os hábitos alimentares dos alunos e promover uma melhor qualidade de vida, considerando os conhecidos impactos negativos dos alimentos industrializados (Bubolz *et al.*, 2018).

Estudos em outras escolas rurais do Rio Grande do Sul revelam que muitos hábitos prejudiciais à saúde, como o consumo de álcool e tabaco, são transmitidos de geração em geração. Assim, trabalhar diretamente com as famílias é um passo crucial para melhorar a saúde da população rural, pois os filhos tendem a adotar os comportamentos presentes em seu ambiente familiar. Portanto, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) desempenha um papel vital na prevenção de riscos, como o uso de substâncias prejudiciais, alimentação desequilibrada e sedentarismo, ajudando a manter o equilíbrio fisiológico (Arruda; Maia; Alves, 2018).

Além disso, é notável a alta prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) entre mulheres na zona rural. Estudos realizados em Rio Grande – RS mostram que fatores como baixa escolaridade, baixa renda e experiências de aborto afetam negativamente a saúde mental das mulheres. A escassez de ações de promoção da saúde psicossocial no campo contribui para um maior número de mulheres vulneráveis a TMC, uma vez que a falta de acompanhamento e suporte associado a esses fatores de risco agrava as dificuldades socioeconômicas e compromete a saúde mental (Soares *et al.*, 2020).

A educação em saúde também deve se concentrar na população idosa rural para promover mudanças nos hábitos de vida e evitar riscos de doenças. A condição financeira frequentemente limita a prática de atividades físicas, uma vez que os idosos tendem a priorizar atividades que geram renda em detrimento do exercício. Como resultado, estudos mostram que a taxa de sedentarismo é mais alta entre os idosos (Leão *et al.*, 2020).

A relação entre o trabalho jovem e os comportamentos de risco na infância e adolescência é um campo de estudo importante, mas as pesquisas em populações rurais são escassas, dificultando a obtenção de dados precisos. Observa-se que a participação em atividades laborais seguras pode melhorar o desenvolvimento psicológico dos jovens, aumentar a autoestima e promover a aquisição de habilidades, além de oferecer experiências valiosas para a socialização (Raphaelli *et al.*, 2020).

4 CONCLUSÃO

A saúde pública em regiões rurais enfrenta uma série de desafios complexos que afetam diretamente o acesso e a qualidade dos serviços prestados à população. A falta de profissionais de saúde especializados, a deficiência de infraestrutura adequada e as barreiras geográficas são alguns dos principais obstáculos identificados. Além disso, questões socioeconômicas, como baixos níveis de renda e educação, agravam as dificuldades no acesso a cuidados de saúde. A ausência de investimentos em infraestrutura básica, como transporte, estradas e comunicações, também amplia a exclusão dessas populações dos serviços de saúde essenciais.

No entanto, ao longo deste estudo, também foram evidenciadas importantes

oportunidades para superar esses desafios. O avanço tecnológico, por exemplo, pode desempenhar um papel crucial na melhoria da saúde pública em áreas rurais, especialmente com a crescente viabilidade da telemedicina. Esta tecnologia pode encurtar as distâncias entre profissionais de saúde e pacientes, fornecendo diagnósticos, monitoramento e acompanhamento a distância, especialmente para condições crônicas e emergências que exigem uma resposta rápida.

Ademais, o fortalecimento das redes comunitárias e o desenvolvimento de programas de capacitação para agentes de saúde locais podem ser estratégias eficazes para compensar a escassez de profissionais. O treinamento e a valorização dos profissionais locais não só reforçam a mão de obra disponível, como também criam laços de confiança com a comunidade, o que pode aumentar a adesão a programas preventivos e de promoção da saúde. A integração de práticas culturais e tradicionais de saúde nos programas oficiais também pode ser um meio de melhorar o engajamento da população local com o sistema de saúde.

Por fim, políticas públicas voltadas para as especificidades dessas regiões são cruciais. Isso inclui a adaptação dos serviços de saúde às condições locais, maior financiamento para infraestrutura e programas de incentivo para que profissionais de saúde se fixem em áreas rurais. Essas políticas devem ser acompanhadas por uma gestão eficiente e estratégias que assegurem a continuidade dos serviços, mesmo em áreas remotas.

Assim, embora existam grandes desafios para a saúde pública em regiões rurais, as oportunidades identificadas ao longo deste estudo mostram que é possível desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis. Ao adotar uma abordagem adaptativa e inclusiva, o sistema de saúde pode avançar em direção a um atendimento mais equitativo, melhorando significativamente a qualidade de vida das populações rurais.

5 REFERÊNCIAS

ARRUDA, N. M.; MAIA, A. G.; ALVES, L. C.. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, p. e00213816, 2018.

Bubolz, C. T. R., Rombaldi, A. J., Gonzales, N. G., Azevedo, M. R., & Madruga, S. W. Consumo alimentar conforme o tipo de alimentação consumida em escolas de zona rural no sul do Brasil. **Ciencia & saude coletiva**, v.23, n.8, p.2705-2712, 2018

Fernandes, N. S. F., Galvão, J. R., Assis, M. M. A., Almeida, P. F., & Santos, A. M. Acesso ao exame citológico do colo do útero em região de saúde: mulheres invisíveis e corpos vulneráveis. **Cadernos de Saúde Pública**, v.35, n.10, p.1-19, 2019

Galvão, J. R., Almeida, P. F., Santos, A. M., & Fernandes, N. F. S. Trajetórias assistenciais de usuárias pela APS em uma região de saúde: trânsito livre, pontos de lentidão e parada. **Revista de Saúde Coletiva**, v.29, n.4, p.1-25, 2019

Gama, A. S. M., Fernandes, T. G., Parente, R. C. P., & Secoli, S. R. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.34, n.2, p. 1-16, 2018.

Leão, O. A. A., Knuth, A.G., & Meucci, R. D. Comportamento sedentário em idosos residentes de zona rural no extremo Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.23, n.8, p.1-13, 2020

Lenz, T. C., Costa, M. C., Colomé, I. C. S., Andrade, A., Souza, N. S., & Arboitlenz, J. Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: perspectivas das pessoas com deficiência no contexto rural. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v.11, n.3, p.1-21, 2020

Lima ÂRA, Dias NS, Lopes LB, Heck RM. Necessidades de saúde da população rural: como os profissionais de saúde podem contribuir? **Saúde debate**; v.43, n;.122, p.755-764, jul.-set. 2019.

MAGALHÃES, Denise Lima *et al.* Acesso à saúde e qualidade de vida na zona rural. **Revista FT**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 1-12, 17 mar. 2022.

Nascimento, M. N. C., & Oliveira, I. F. Ações das equipes volantes de CRAS no interior do

Rio Grande do Norte. **Estudos de Psicologia**, v.23, n.2, p. 122- 132, 2018

Oliveira, S. B., & Soares, D. A. Acesso ao cuidado do câncer de mama em um município baiano: perspectiva de usuárias, trabalhadores e gestores. **Saúde Debate**, v.44, n.124, p.169-181, 2020

Pagliuca, L. M. F., Lima, B. S., Silva, J. M., Cavalcante, L. M., Martins, M. C., & Araújo, T. L. Acesso de idosos às unidades de atenção primária à saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.21, n.1, p.1-5, 2017

Pezzini CF, França RNC. A construção de políticas públicas de saúde mental com foco no trabalhador rural. Ribeirão Preto, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** v.17, n.3, jul./set. 2021.

Raphaelli, C. O., Azevedo Júnior, M. R., Gonçalves, H., & Hallal, P. C. Estudo transversal sobre trabalho e comportamento de risco à saúde entre escolares de zona rural do Rio Grande do Sul, 2010. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.29, n.3, e2019285, 2020

Santos AAMT et al. O mundo rural e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. In: **Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural. Porto Alegre: UFRGS**, 2018. p. 161-80.

Shimizu, H. E., Trindade, J. S., Mesquita, M. S., & Ramos, M. C. Avaliação do Índice de Responsividade da Estratégia Saúde da Família da zona rural. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.52, n.1, p. 1-7, 2018

Silva, D. R., Ferreira, S. A. M., Oliveira, P. A. P., & Silva, A. C. B. Experiência de cárie e fatores associados entre escolares das zonas urbana e rural: um estudo piloto. **Arch Health Invest**, v.7, n.9, p. 364-368, 2018.

SOARES, P. S. M., & Meucci, R. D. Epidemiologia dos Transtornos Mentais Comuns entre Mulheres na Zona Rural de Rio Grande, RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.8,

p.3087-3095, 2020

SOUZA, Iris Gleiciane de *et al.* DESAFIOS PARA GARANTIR SAÚDE ÀS POPULAÇÕES QUE VIVEM EM COMUNIDADES RURAIS. **Revista FT**, [S. l.], v. 27, n. 120, p. 1-12, 17 mar. 2023.

TEIXEIRA, M. G., Costa, M. C. N., Carmo, E. H., Oliveira, W. K., & Penna, G. O. Vigilância em Saúde no SUS - construção, efeitos e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.23, n.6, p.1811-1818, 2018